

EXPANSÃO DO ESTADO NACIONAL E COMPETÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL SOB A DITADURA DE GETÚLIO VARGAS (1937-1945) *

Maria Letícia Corrêa *

*Universidad do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: leticiacorreia@globo.com

Recibido: 27 enero 2016 /Revisado: 11 noviembre 2016 /Aceptado: 29 junio 2017 /Publicado: 15 octubre 2017

Resumen: El propósito de este artículo es analizar ciertos aspectos del proceso de construcción del Estado en Brasil bajo la dictadura de Getúlio Vargas (1937-1945), cuando se fortaleció la nacionalización del aparato del Estado, a través de la expansión política y administrativa, y fue editado importante conjunto de actos y códigos reglamentarios. El análisis se centra en las categorías profesionales movilizadas por el proceso de expansión del Estado -como ingenieros y economista- su campo de experiencia (organismos públicos, los medios de comunicación estatales y prensa especializada, escuelas, empresas, asociaciones) y la vinculación de los mismos con el proyecto de modernización basado en el intervencionismo, el antiliberalismo y el fordismo.

Palabras clave: La construcción del Estado; Ingenieros y economistas; El desarrollo

Abstracts: The aim of this study is to analyze some aspects of the state-building process in Brazil under the dictatorship of Getúlio Vargas (1937-1945), were strengthened when the nationalization and the specialization of the state apparatus, through political and administrative expansion, being published an important set of acts and regulatory codes. The analysis focuses on professional categories mobilized by the state expansion process of the period - such as engineers and economists – their scope (public agencies, official and specialist press, schools, companies, associations) and their link to the modernizing project based on interventionism, the anti-liberalism and Fordism.

Keywords: State-building; Engineers and economists; Economic Development

Neste trabalho examino certos aspectos do processo de construção do Estado no Brasil no século XX, em especial no período da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) – na vigência do regime conhecido como “Estado Novo”¹–, quando se fortaleceram simultaneamente a nacionalização e a especialização do aparato estatal², que se voltou a uma

¹ O político brasileiro Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) governou o Brasil durante um longo período, chefiando o governo provisório constituído pela “Revolução de 1930”, entre este ano e 1934; como presidente da República sob o regime constitucional, entre 1934 e 1937; entre 1937 e 1945, sob a ditadura do Estado Novo; e entre 1951 e 1954, quando voltou ao poder por voto popular. Brandi, Paulo, “Vargas, Getúlio”, em Paula, Christiane Jalles de e Lattman-Weltman, Fernando (eds.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível na Internet em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> [com acesso em 14-7-2014].

² Sigo neste trabalho, como referência, o esquema proposto por Charles Tilly para a análise do longo processo de formação dos Estados nacionais europeus na época moderna, dizendo respeito ao avanço do governo direto sobre as duas atividades principais de tributação (extração do capital) e burocratização dos exércitos (controle da coerção), seguindo as etapas de patrimonialismo, corretagem, nacionalização e especialização, cf. Tilly, Charles, *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo, Edusp, 1996, 78-84. A transposição do esquema para análises

gama altamente expandida de atividades de distribuição, regulamentação, compensação e justiça, editando-se importante conjunto de atos e códigos reguladores.

Com esse propósito, reporto-me, em primeiro lugar, a estudos que tomaram por objeto a expansão do aparato administrativo-burocrático no período posterior à ascensão de Vargas ao poder, com a “Revolução de 1930”, com o objetivo de dar relevo aos mecanismos pelos quais a elaboração das políticas públicas no Brasil assumiu de forma gradativa um caráter “técnico-cultural”³.

Nesse sentido, sugiro ser possível apontar certa correspondência entre a expansão do aparato estatal brasileiro, nas décadas de 1930 e 1940, e a característica assinalada por Antonio Gramsci em suas considerações sobre o fascismo e o corporativismo, relativa à crescente especialização das atividades científicas e intelectuais, na vigência desses regimes, como um dos “mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos (...) mecanismo [esse que] vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e a burocracia”. Trata-se de perceber, portanto, que, também no Brasil, no período em análise, os órgãos políticos deliberativos e os legislativos assumiram um aspecto “técnico-cultural”, além daquilo que era intrínseco a sua própria atividade, passando as diversas questões que se tornavam objeto do processo decisório a ser examinadas previamente por “especialistas e analisadas cientificamente”⁴.

Refiro-me, assim, a algumas categorias profissionais que foram mobilizadas pelo processo de expansão do Estado brasileiro – como os engenheiros e os economistas –, apontando seus espaços de atuação nos órgãos públicos e sua vinculação ao projeto modernizante associado ao intervencionismo e o antiliberalismo.

comparativas acerca do processo de formação dos Estados no Terceiro Mundo foi sugerida pelo próprio autor, *Ibidem*, 279-315.

³ Gramsci, Antonio, *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, 2001, 2, 34.

⁴ *Ibidem*, 34.

1. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA NO BRASIL E POLITIZAÇÃO DAS PROFISSÕES TÉCNICAS

Como é conhecido, o exame dos processos de integração das economias da América Latina ao capitalismo constituiu uma problemática central no campo da História, da Economia e das Ciências Sociais⁵, podendo ser mencionados como contribuições importantes sobre o tema os trabalhos dos economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e alguns ensaios pioneiros editados nos diferentes países⁶. Nas décadas de 1960 e 1970, estudos fundamentados na hipótese do “capitalismo tardio”⁷ identificaram uma via “tardia” de industrialização ou “modernização conservadora”⁸ no subcontinente latino-americano, a qual teria dado lugar ao surgimento de burocracias estatais fortes e/ou militarizadas, cuja atuação se pautava fundamentalmente pelos objetivos militares e do Estado.

Ambas as linhas de interpretação apontaram a crescente diversificação e a heterogeneidade do processo de construção do Estado nesses países, desde as independências, definido pela expansão do aparato administrativo-burocrático e pela formação dos quadros técnicos e profissionais que nele iam sendo progressivamente incorporados, como juristas e advogados, militares, engenheiros, médicos e sanitaristas e economistas e administradores, entre outras categorias. Esses profissionais ocuparam espaços nas diferentes esferas como a da elaboração dos atos legislativos e códigos reguladores, e a de sua execução, em órgãos públicos administrativos, nas escolas e hospitais, no ma-

⁵ Fiori, José Luís, “De volta à questão da riqueza de algumas nações”, em Fiori, José Luís (ed.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999, 29.

⁶ Ver, por exemplo, Simonsen, Roberto, *A evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1972; e Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

⁷ Ver Cardoso de Mello, João Manuel, *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1984; e Fiori, José Luís, *Estado e moedas*, op. cit.

⁸ Conforme estudo pioneiro em Martins, Luciano, *Pouvoir et développement économique: formation et evolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Anthropos, 1976.

gistério superior e nos órgãos de pesquisa científica, operando ainda nas companhias privadas e estatais responsáveis pelos melhoramentos urbanos e pela expansão dos sistemas de transportes e dos portos, a reboque da modernização econômica.

No Brasil, desde finais do século XIX, podia ser notada a ampliação do campo de atuação dos engenheiros, categoria surgida da própria expansão capitalista, em função da participação desses profissionais nos setores de obras públicas, em empresas ferroviárias e de comunicações, por exemplo, nos postos criados com a expansão do mercado interno, a industrialização e a urbanização⁹. Formados nas escolas Politécnicas criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo no último terço do século XIX¹⁰, os engenheiros brasileiros se mantiveram, desde então, em permanente relação tanto com os setores envolvidos e afetados pelas ações modernizadoras – populações locais, elites, líderes de movimentos sociais, empresários privados, funcionários públicos e políticos – como também com o pessoal das corporações nacionais e internacionais e mais tarde com os funcionários das agências multilaterais, situação que os colocou, desde o início, ao mesmo tempo como pioneiros na execução e na formulação das políticas modernizadoras e como responsáveis pela integração brasileira ao quadro internacional¹¹.

⁹ Dias, José Luciano de Mattos, “Os engenheiros do Brasil”, em Gomes, Angela de Castro (ed.), *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1994, 17.

¹⁰ Sobre a Escola Politécnica no Rio de Janeiro, ver Ferreira, Luiz Otávio, *Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1989 (mestrado em Ciências Sociais); sobre a Escola Politécnica de São Paulo, ver Cesarolli, Josianne Francia, *A grande cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República*. Campinas, UNICAMP, 1998 (mestrado em História).

¹¹ Ribeiro, Gustavo Lins, “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. *Novos estudos - CE- BRAP*, 80, 2008, 110. Disponível na Internet em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100008&lng=pt&nrm=iso [com acesso em 14-7-2014].

Após a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, ocorreu um aprofundamento da expansão e do aparato estatal, que ganhava crescente complexidade, quando, como reação às condições criadas pela crise capitalista, o governo brasileiro adotou um conjunto de políticas de defesa e proteção do setor agroexportador, com destaque para a política de valorização do café – principal produto, à época, da pauta brasileira de comércio exterior. Ampliou-se o escopo de atuação daqueles profissionais e agora também o dos economistas, que passariam a ser recrutados para os novos órgãos voltados à formulação e à execução de políticas setoriais¹², aos conselhos técnicos da área de política econômica e ainda aos novos conselhos consultivos, cuja existência foi consagrada na Constituição de 1934 e na Constituição do Estado Novo, de 1937.

Desde o início da década de 1930 foram editados atos legislativos e códigos reguladores dos setores econômicos que envolviam a exploração dos recursos naturais ou daqueles que passavam a ser considerados como estratégicos para o projeto modernizador, incidindo diretamente sobre o campo de atuação de empresas estrangeiras e nacionais, como o Código de Florestas e o Código de Caça e Pesca, de 1930, a legislação de regulamentação dos Serviços de Radiotelecomunicações, de 1931, os Códigos de Águas e de Minas, de 1934, e o Código Brasileiro do Ar, de 1938. Complementarmente a essas inovações, por sua vez, foram instituídos conselhos destinados a executar a regulamentação das atividades em setores com os de águas e energia elétrica, petróleo e siderurgia, conforme se pode depreender do quadro abaixo¹³.

¹² Para um quadro analítico da presença dos economistas no Estado brasileiro, ver Motta, Marly da S., “Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos”, em Gomes, Angela de Castro (ed.), *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1994, 82-131.

¹³ Draibe, Sônia, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 94.

**Conselhos Técnicos, Deliberativos e Consultivos,
recursos naturais e estratégicos, 1930-1945**

Fase do governo	Data	Nome/Área
Governo Provisório (1930-1934)	1931	Conselho Nacional de Café, depois Departamento Nacional de Café
	1931	Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios
	1934	Conselho Federal de Comércio Exterior
Governo Constitucional (1934-1937)	1936	Conselho Federal do Serviço Público, depois Departamento Administrativo do Serviço Público
Estado Novo (1937-1945)	1937	Conselho Técnico de Economia e Finanças
	1938	Conselho Nacional do Petróleo
	1939	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
	1940	Conselho Nacional de Minas e Metalurgia
	1942	Coordenação de Mobilização Econômica
	1943	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
		Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
	1944	Comissão de Planejamento Econômico

Fonte: Diniz, 1978; Corrêa, 2003.

Além dos novos espaços que eram criados nos conselhos técnicos e consultivos, também os setores tradicionais da burocracia, como o Ministério da Fazenda, e as associações de classe do empresariado buscavam organizar equipes de estudos econômicos e assessorias técnicas, no que manifestavam certa preocupação com a necessidade de conferir um “padrão técnico” às

análises econômicas realizadas por seus funcionários, tanto no que respeita ao embasamento teórico de suas elaborações, como, também, por exemplo, por promoverem o treinamento de pessoal qualificado para a elaboração e a utilização de estatísticas¹⁴.

Não por acaso, foi na ditadura de Vargas, nesse contexto, que se elaborou o primeiro programa único obrigatório para o ensino superior na área de Ciências Econômicas do Brasil, precedendo à fundação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, no Rio de Janeiro, em 1945. Seguiram-se as faculdades de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo e da Universidade de Minas Gerais¹⁵, em 1946, que se somavam aos cursos livres das áreas de contabilidade já existentes, sendo reconhecida a contribuição dos engenheiros brasileiros à criação dessas primeiras faculdades de economia do país, na razão direta de seu envolvimento no debate e nas ações voltadas ao progresso técnico e à modernização.

A integração dessas duas categorias profissionais ao processo de expansão do Estado foi ainda acompanhada pela consolidação de um amplo debate sobre os temas econômicos e as alternativas da modernização brasileira, mesmo sob a vigência de censura, como no período do Estado Novo, o qual ocupou espaços consideráveis na grande imprensa e em revistas especializadas¹⁶, conformando a pauta das manifes-

¹⁴ Bielschowsky, Ricardo Alberto, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995, 266-269.

¹⁵ Até essa data não havia no Brasil a formação superior de economista, sendo reconhecidos com tal, no entanto, alguns indivíduos “de extração social elevada, tais como engenheiros com carreira na direção de empresas privadas ligadas à construção de obras públicas [...] que começaram a se interessar por essa disciplina no bojo de suas atividades profissionais”. Loureiro, Maria Rita. “Economistas e elites dirigentes no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7, 20, 1992, 47-69. Ver também Saes, Flávio A.M.; Cytrynowicz, Roney, “O pensamento econômico e as origens da profissão de economista no Brasil (1931-1945)”, sem data. Disponível na Internet em: raceedmv3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/famsaes1.DOC [com acesso em 10-1-2014].

¹⁶ Apenas na área das publicações especializadas, editavam-se no período do Estado Novo a *Revista*

tações coletivas das associações de classe do empresariado e profissionais, como as que foram divulgadas no Primeiro Congresso de Economia, em 1943, e no Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria e na I Conferência Nacional das Classes Produtoras, em 1945.

2. PROFISSÕES TÉCNICAS E DESENVOLVIMENTO

Conforme notado no trabalho pioneiro de Eli Diniz¹⁷, embora a reforma do Estado iniciada na década de 1930, com a chegada de Vargas ao poder, tenha sido justificada pelo objetivo de proteger o setor agroexportador, afetado diretamente pela crise internacional, notou-se crescentemente, e em especial depois de 1937, o fortalecimento dos interesses dos setores voltados ao mercado interno, como as indústrias, que passaram a estar representadas no aparato estatal em órgãos como o Conselho Federal de Comércio Exterior. Vale observar que o mesmo setor econômico fora contemplado, em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, iniciativa que conformara uma “rede de organização de representação de interesses, regulados e controlados pelo poder público” pela qual se congregavam, sob a tutela estatal, os empresários e os trabalhadores urbanos¹⁸. As decisões relativas à política

econômica – cafeeira, industrial ou trabalhista – passavam a depender assim dos acordos firmados dentro desses órgãos, o que é reforçado pela extinção dos partidos políticos e o fechamento do poder legislativo, no período da ditadura varguista.

Mas foram também as oportunidades abertas à incorporação de profissionais como engenheiros e economistas - ao lado de oficiais militares com formação técnica -, nos conselhos consultivos e deliberativos, nos órgãos tradicionais da administração estatal, como os ministérios, e nas empresas estatais criadas nos anos finais da ditadura, que conformaram o campo da formulação e da execução de projetos voltados ao “desenvolvimento” do país¹⁹.

Apesar do caráter bastante descentralizado das iniciativas de intervenção econômica, tendência que seria revertida apenas em meados da década de 1950, importa notar que um grupo bastante restrito desses profissionais terminou por consolidar, desde o Estado Novo, a experiência comum necessária à elaboração de uma abordagem mais completa dos problemas que afetavam o desenvolvimento econômico brasileiro, conforme anotado por Lourdes Sola²⁰. Também em levantamento²¹ dos técnicos que participaram de iniciativas relacionadas à regulamentação do setor de energia elétrica nos diversos órgãos e empresas – Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, entre outros²² –, que tomo como exem-

Bancária Brasileira, de 1933, o *Observador Econômico e Financeiro*, de 1936, e o *Digesto Econômico*, de 1944, mantido este último pela Associação Comercial e pela Federação Comercial de São Paulo. Bielschowsky, Ricardo Alberto, *Pensamento econômico*, op. cit., 268-269. Também podemos notar a presença do tema do progresso econômico nas revistas editadas pelo governo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, como na revista *Cultura Política*. Sobre o ambiente intelectual no período do Estado Novo, bastante próximo da esfera estatal, ver Codato, Adriano N.; Guandalini Jr., Walter, “Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político no Estado Novo”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 32, 2003, 145-164.

¹⁷ Diniz, Eli, “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais”, em Pandolfi, Dulce (ed.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, 25-26.

¹⁸ *Ibidem*, 25-27. Ver também Gomes, Angela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

¹⁹ Dias, José Luciano de Mattos, “Os engenheiros”, op. cit., 17.

²⁰ Sola, Lourdes, *Ideias Econômicas, Decisões Políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1998, 80-81.

²¹ Trata-se de levantamento realizado em pesquisa sobre quadros técnicos e burocracia do setor de energia elétrica brasileiro, tendo por referência sua atuação em organismos e empresas federais. Ver Corrêa, Maria Letícia, “Estado e burocracias no Brasil: um estudo sobre poder e política na área de planejamento do governo JK ao regime militar (1956-1968)”. *Tempos Históricos*, 10, 207-242.

²² Nessas iniciativas, no Estado Novo, se destacavam, entre outros, os nomes do engenheiro militar Carlos Berenhauser Júnior, dos engenheiros Antônio José Alves de Souza, Carlos Júlio Galliez Filho, Lauro Fe-

plo, pode notar que seu recrutamento ocorreu dentro de um grupo bastante concentrado de indivíduos que acumulavam experiências compartilhadas em órgãos públicos e também nas empresas do setor, o que reforçava a centralidade do seu papel na formulação de políticas específicas voltadas ao seu desenvolvimento.

Sola remonta o surgimento de uma concepção mais ampliada acerca do desenvolvimento à experiência da missão de colaboração que reuniu técnicos brasileiros e norte-americanos, conhecida como “Missão Cooke”, que foi constituída em 1942²³, no contexto do alinhamento brasileiro aos “aliados”, na Segunda Guerra Mundial, voltada à realização de atividades conjuntas de estudo e planejamento econômico. A partir daí teria se consolidado um processo pelo qual o saber e a experiência técnica foram sendo gradualmente acumulados pelos profissionais envolvidos nesse tipo de iniciativa — os técnicos e funcionários reunidos nos órgãos econômicos da administração direta e nos conselhos e comissões ad hoc —, conferindo-lhes uma consciência “mais apurada e realista” acerca dos fatores que restringiam o crescimento econômico do país²⁴. A atuação desses profissionais, nesse sentido, pode ser inscrita

no contexto da elaboração do projeto “desenvolvimentista”, isto é, daquele que, conforme a definição proposta por Pedro Dutra Fonseca, tornou o desenvolvimento econômico o epicentro das ações do governo e da política econômica, orientando “o reordenamento de leis e práticas de política econômica, bem como mudanças e criação de novas instituições”²⁵.

No período após o Estado Novo, o diagnóstico elaborado por esses profissionais apontava como restrições ao desenvolvimento econômico os obstáculos do quadro político — como, por exemplo, as dificuldades relacionadas à aprovação de medidas a partir do Congresso Nacional, ou a existência de divergências dentro dos órgãos responsáveis pela regulamentação das atividades econômicas —, e também a evolução das prioridades do governo dos Estados Unidos em relação ao Brasil e à América Latina, no final da Segunda Guerra Mundial.

Os textos elaborados por engenheiros e economistas, como estudos, projetos e relatórios, bem como suas intervenções na imprensa, contribuíam, então, ao enunciado de uma ideologia autoritária e dos valores legitimadores de um novo projeto de intervenção estatal, consagrado no período da ditadura varguista, o qual afirmava o papel integrador do Estado e a “supremacia da técnica” em relação à política — aqui entendida no sentido estrito de política partidária, segundo a concepção liberal —, que passava, por sua vez, a ser vista como fonte de “distorção” e fator de “irracionalidade” na condução dos negócios públicos²⁶. Nesse contexto, o esforço da racionalização e da organização

rraz de Sampaio e Waldemar José de Carvalho, e o do economista Américo Barbosa de Oliveira. *Ibidem*, 238-242.

²³ Essa missão técnica norte-americana foi chefiada pelo engenheiro norte-americano Morris Llewellyn Cooke e realizou estudos sobre temas como transportes, combustíveis, petróleo, energia, indústria têxtil, mineração, metalurgia e indústria química. Envolveu, do lado brasileiro, mais de cem técnicos especializados, industriais e empresários. Calichio, Vera, “Missão Cooke”, em Paula, Christiane Jalles de e Lattman-Weltman, Fernando (eds.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> [com acesso em 10-07-2014]

²⁴ Sola, Lourdes, *Ideias Econômicas*, op. cit., 80-81. Após o Estado Novo e a redemocratização, as missões de colaboração brasileiro-norte-americanas formadas em 1946 (Missão Abbink) e 1950 (Comissão Mista Brasil – Estados Unidos) contariam a participação de outros técnicos de destaque como os engenheiros Mário Bittencourt Sampaio, Aníbal Alves Bastos, Glycon de Paiva Teixeira e Lucas Lopes, e dos economistas Roberto de Oliveira Campos, Octávio Bulhões e Valentim Bouças, entre outros.

²⁵ Fonseca, Pedro Cezar Dutra, “Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930”, em Bastos, Pedro Paulo Zalluth e Fonseca, Pedro Cezar Dutra (eds.), *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo, Ed. Unesp, 2012, 169-170. Também Ricardo Bielschowsky propõe um conceito amplo de “desenvolvimentismo”, como saída metodológica para a análise de um longo período, localizado entre 1930 e 1964, definido como a “ideologia de superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado”. Bielschowsky, Ricardo Alberto, *Pensamento econômico brasileiro*, op. cit., 431.

²⁶ Conforme apontado em Diniz, Eli, “Engenharia institucional”, op. cit., 30.

científica, associado ao fordismo²⁷, foi levado à frente por associações de classe empresariais, em iniciativas conduzidas principalmente por engenheiros, como nas ações do Instituto de Organização Racional do Trabalho, criado em São Paulo, em 1931, e que apoiara o regime do Estado Novo²⁸.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Os atores sociais a que nos referimos neste trabalho participaram ativamente dos processos de modernização econômica e expansão do Estado no Brasil, desde a terceira década do século XX. Da análise de sua atuação, podem ser assinalados elementos dentre aqueles apontados por Gramsci como caracterizando os intelectuais ligados aos setores modernos ou progressistas, da indústria e do capital²⁹: tratava-se de indivíduos recrutados entre as profissões técnicas e científicas da engenharia e da economia, nascidas da própria transformação capitalista, que, nos diversos âmbitos das empresas e no governo estrito, mas também nas associações de classe e em outros espaços, com na imprensa, assumiram funções organizativas e conectivas, promovendo a acomodação de interesses na formulação das políticas públicas, dentro e fora do Estado no seu sentido estrito, e atuando na produção do consenso em torno das alternativas privilegiadas da modernização, ou, dito de outro modo, do projeto desenvolvimentista. Sua atuação foi acompanhada pela afirmação do papel integrador do próprio Estado, sob o corporativismo, e da supremacia da técnica em relação à política, como assinalado no trabalho pioneiro de Eli Diniz³⁰, acima mencionado.

No Brasil, sob a ditadura de Vargas, o processo de expansão do Estado nacional correspondeu à ampliação do escopo de atuação dos engenheiros e ainda à institucionalização da formação profissional superior do economista, o que se coadunava com ao caráter técnico-cultural crescentemente assumido pela dinâmica da formulação das políticas públicas associadas à modernização. Tais profissionais, desde os órgãos do Estado, foram intermediários junto aos setores industriais e capitalistas avançados, isto é, à americanização³¹, tendência que ganharia força no contexto da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

²⁷ Voza, Pasquale, “Revolução Passiva (verbete)”, em [Liguori, G. e Voza, P. (ed.), *Dizionario gramsciano 1926-1937*. Roma, Carocci, 2009. Disponível em: <http://www.gramscieamodernidade.org/wp-content/uploads/2010/08/Revolucao-passiva-Dicion%C3%A1rio-Gramsciano.pdf> [com acesso em 10-03-2014].

²⁸ Souza, Celia Aparecida, “O IDORT e suas ações políticas entre 1931 e 1937”, em Mendonça, Sonia Regina de (ed.), *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2005, 219-233.

²⁹ Gramsci, Antonio, *Cadernos*. Rio de Janeiro, 2001, 2, 34.

³⁰ Vid. Diniz, Eli, “Engenharia institucional”, op. cit.

³¹ Tota, Antonio Pedro, *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, 19.